



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 268 - DE 15 A 29 DE SETEMBRO DE 2003 - R\$ 1,50

**28 assassinatos de sem-terra durante
o governo do PT/Lula, sem punição.**

Polícia faz provocação contra a sede do MST.

Aumenta a condenação de José Rainha.

É preciso exigir do governo:

Liberdade imediata para José Rainha,

Deolinda e seus companheiros!

Punição aos assassinos de sem-terra!

Fim da medida provisória anti-ocupação!

**Abaixo as reformas
Sindical e Trabalhista!**

**A reforma tributária
é taxação sobre os
assalariados, benefício
aos capitalistas e sustento
do parasitismo financeiro.**

**O trabalho
revolucionário
no movimento
estudiantil**

Quinzena do Movimento Operário

Bancários fizeram paralisação

Os bancários de todo o Brasil realizaram uma paralisação parcial dos serviços no dia 03/09 para reivindicar reajuste salarial de 21,58%. A Federação Nacional dos Bancos propõe reajuste de apenas 10% e abono de R\$ 1.320. Caso a situação não seja resolvida, a Confederação dos Bancários deve convocar greve geral na segunda quinzena deste mês.

Na quinta, 11/09, cerca de 5 mil funcionários de quatro unidades do Unibanco pararam em São Paulo. No Rio de Janeiro, agências do Itaú e Unibanco não atenderam até às 11h. Em Curitiba, a paralisação da mesma rede ocorrerá o dia todo. Em Brasília, protestam os funcionários do HSBC, BB e Real e, por fim, em Belo Horizonte (MG), cruzou os braços quem trabalha na Caixa Econômica Federal.

Funcionários da Faurecia param pista da Anchieta com protesto

No dia 02/09, os operários químicos da Faurecia fecharam de manhã a pista sentido Santos da rodovia Anchieta, na altura da entrada principal da Volkswagen, em São Bernardo, por quase uma hora. O protesto, feito com barricadas de pneus queimados, começou por volta das 5h e prosseguiu até as 5h50, atrasando a entrada dos funcionários do primeiro turno da montadora.

Os operários reivindicavam a readmissão de 28 funcionários da Faurecia, empresa química francesa que produz o painel, o pára-choque e as portas do modelo Polo, dentro da montadora em São Bernardo. Os trabalhadores foram demitidos porque participaram da greve em junho contra as irregularidades cometidas pela empresa.

Desde a sua instalação dentro da montadora, em 2002, a Faurecia tem sido denunciada pelos trabalhadores por não cumprir as determinações da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Entre as irregularidades apontadas pelos funcionários estão: jornada excessiva de trabalho e não-cumprimento do período mínimo de descanso entre uma jornada e outra, entre outras.

Servidores de Santo André voltam a cobrar reajuste

Os Servidores Públicos de Santo André pressionaram pela retomada das negociações com o prefeito João Avamileno (PT) pelo reajuste salarial, visando a repor as perdas salariais da categoria, estimada pelo Sindserv em 38,74%, índice acumulado desde abril de 1997. Foi entregue dia 05/09 um abaixo-assinado com aproximadamente 1,2 mil assinaturas pedindo que os representantes da Prefeitura reabram as negociações

Existe um novo temor entre os funcionários, de que a administração não inclua nenhum aumento salarial para o próximo ano. Isso depois de, ano passado, a administração aumentar o desconto para a Caixa de Pensões para 10% da folha salarial dos funcionários da ativa e 9% para os aposentados. Santo André tem aproximadamente 8,3 mil servidores, e o piso da categoria é de R\$ 470.

Petroleiros em campanha

Houve paralisação de advertência nas unidades operacionais da empresa no dia 10/09. 11 refinarias e 18 das 35 plataformas de produção de petróleo da Bacia de Campos aderiram ao protesto. Em áreas de produção, os trabalhadores atrasaram a entrada

Os petroleiros pedem reajuste salarial de 23,35%, além de melhorias nas condições de trabalho. A Petrobrás, em sua contraproposta, não apresentou um percentual de reajuste e não avançou nas outras reivindicações.

Paralisações de um dia entre os petroleiros são comuns no período de reajuste salarial. Mas a categoria esperava que, este ano, com a chegada de um ex-sindicalista ao comando da empresa – o presidente José Eduardo Dutra –, as conversas seriam mais fáceis.

Funcionários dos Correios entram em greve

Os funcionários dos Correios entraram em greve por tempo indeterminado a partir da 0h do dia 11/09. A decisão foi

tomada em assembleias coordenadas pela Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios, Telégrafos e Similares, que reúne cerca de 100 mil funcionários.

Os funcionários dos Correios pedem recuperação das perdas salariais no acumulado de 1994 e 2002 e aumento do piso salarial da categoria de R\$ 395 para R\$ 1,5 mil, além da retirada do projeto de lei que privatiza a empresa de Correios e Telégrafos. A empresa ofereceu reajuste salarial de 4%, o que foi rejeitado pela categoria.

Durante a madrugada do dia 10/09, houve tumulto na manifestação dos funcionários no terminal de carga e descarga no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos. Segundo o sindicato da categoria, seis trabalhadores ficaram feridos quando uma van tentou furar o bloqueio feito pelos grevistas. Nenhum deles corre risco de vida, mas alguns foram atendidos em hospitais.

Na assembleia realizada no dia 12, na praça da Sé, que reuniu 8 mil trabalhadores, os funcionários recusaram a proposta da direção dos Correios de um reajuste médio de 20%. A categoria pede reajuste de 53,28% e mais 10% de aumento real. Carteiros e atendentes recebem salário base de R\$ 399 por 8 horas. No fechamento desta, uma nova assembleia da categoria estava marcada em São Paulo.

Camelôs protestam na Praça da Sé

Cerca de 300 camelôs da "feirinha da madrugada", da Rua 25 de Março, no Centro de São Paulo, realizaram quinta dia 10/09 protesto na Praça da Sé. Eles reivindicaram a continuidade da "feirinha", proibida pela Prefeitura. A Prefeitura quer confinar as feiras. Uma delas começou a funcionar em um estacionamento no número 1.125 da 25 de Março, onde cerca de 100 ambulantes estão pagando pelo uso do espaço.

CUT e Força unem campanhas

A CUT e a Força Sindical voltaram a se unir em uma campanha salarial após três anos. Quase 20 categorias ligadas às duas centrais, com data-base no segundo semestre, farão campanhas conjun-

tas. No caso dos metalúrgicos, haverá inclusive uma só mesa de negociação. Os cutistas deverão participar de assembléia da Força marcada para o próximo dia 27/09. E sindicatos de metalúrgicos, químicos, têxteis e gráficos, entre outros setores, entregarão dia 29/09 pauta à Fi-esp. Eles vão reivindicar 20% de reajuste.

A Situação exige a Unificação das lutas

Como podemos comprovar pelo nú-

mero de mobilizações ocorrendo neste período, existe uma vontade entre os trabalhadores em lutar por suas reivindicações. Mas existe um problema: a falta de unificação. As direções sindicais, atreladas em sua maioria ao governo, se negam a unificar as lutas. Vemos como utilizam métodos que vêm apenas no sentido de pressionar para umas migalhas a mais. Mesmo a Campanha Salarial Unificada, apregoada pelas direções da CUT e da Força Sindical, vem neste sentido. É hora dos explorados se organiza-

rem para lutar por suas verdadeiras reivindicações. Isso só será possível através da construção dos comandos de greve nas fábricas e estes serem unificados num Comando Geral. É a partir deste movimento independente das bases que poderemos pressionar as direções a convocar as assembléias gerais das categorias e a organização de assembléias unificadas do movimento. Isso sim é uma verdadeira unificação das lutas e não a negociação de cúpula armada pelas direções da CUT e Força Sindical.

PT/Lula atende aos latifundiários

Na formação do governo, a burguesia teve um ponto especial de resistência. Foi a entrega do Ministério do Desenvolvimento Agrário a Miguel Rosseto, que pertence à corrente Democracia Socialista (DS). Embora petista fisiológica e comprovadamente arrivista do Estado burguês, como ficou evidenciado em seu mandato na Prefeitura de Porto Alegre e participação no governo do Estado, a DS ainda é conhecida por estar filiada aos pretensos trotskistas franceses do Secretariado Unificado (SU). A burguesia ainda conserva na memória a dúvida sobre o passado esquerdista de Rosseto.

Mas a resistência burguesa cresceu no momento em que o INCRA foi apresentado à ala da Igreja vinculada ao MST. Protestou contra a direção de Marcelo Resende e o preenchimento da maioria dos postos do INCRA por membros do MST ou próximo dele.

O governo PT/Lula sustentou tal configuração com o pressuposto de que se tratava de cumprir um dos aspectos fundamentais de seu programa de governo, que era de apaziguar o conflito agrário e pôr em andamento a reforma agrária prometida. O MST, com capacidade de mobilização nacional de centenas de famílias camponesas sem-terra, tendo como avalista fortes setores da Igreja católica, teria de compor um planejado pacto social, que foi lançado logo no início do governo petista.

A direção dos sem-terra havia apoia-

do Lula nas eleições e inclusive acatado o pedido de Lula para que houvesse uma trégua nas ocupações. Esse gesto não só neutralizaria o uso eleitoral do PSDB mas também ajudaria a participação do MST/Igreja no governo. Ganhas as eleições, Lula atribuiu o INCRA a membros direta ou indiretamente vinculados aos sem-terra. Contrastando com os Ministérios de condução econômica, que ficaram com homens dispostos a cumprirem as regras do grande capital.

O fato é que o governo PT/Lula assumiu imediatamente as heranças de FHC e praticamente toda sua orientação de reforma neoliberal, bem como os acordos com FMI e banqueiros internacionais. Os milhares de assentamentos prometidos ficaram para o futuro desconhecido. O MST sentiu o mel virar fel. Voltou às ocupações.

Com Marcelo Resende na presidência do Incra, o movimento retomou a luta direta. Em sete meses, fez 171 invasões, enquanto havia feito 103 no ano anterior, no mesmo espaço de tempo (de janeiro a dezembro de 2002). Nos choques, contabilizaram-se 18 mortos. Assistimos aos fazendeiros exibindo suas milícias armadas e se mobilizando para uma guerra civil no campo, que só não ganhou tal dimensão porque os camponeses não mostraram capacidade de resistência armada. Os latifundiários estão armados, mas os sem-terra não.

No plano político, os partidos da bur-

guesia, tendo à frente o PSDB e PFL, lançaram a campanha de repressão e desmantelamento do MST. A grita de que o movimento dos sem-terra está infiltrado de subversivos, que o objetivo já não é a reforma agrária mas 'a quebra da ordem democrática' e que o governo PT/Lula se mostra complacente ganhou corpo na imprensa, nos discursos parlamentares etc. O velho artifício para amedrontar a classe média urbana foi posto em movimento. Até mesmo a adormecida TFP reativou sua marcha em defesa da propriedade e valores da família.

Lula, seus ministros Miguel Rosseto e Tomaz Bastos (Justiça) responderam acuados com o argumento de que ordem será mantida, que nem MST nem fazendeiros estão acima da lei, que quer dizer da propriedade privada capitalista. A resposta dos latifundiários: "então que se cumpra a lei contra o MST, nossas armas são legais, podemos defender as terras com nossas milícias. Os fora da lei são o MST, então, que o governo use as atribuições do Estado para breicar o avanço das ocupações de terra".

O Juiz de Paranapanema decretou a prisão de José Rainha, como ação exemplar. Uma clara provocação a mando dos latifundiários e do governador de São Paulo (PSDB). Ganham vulto as denúncias de partidização do INCRA.

O que a burguesia exigia do PT/Lula, além da repressão ao MST? Destituir Rosseto e Marcelo Resende. Mas Rosseto não contrariava uma só li-

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

na da diretoria do governo Lula. O que lhe faltava? Atuar sobre o INCRA.

Esperou-se que a reforma da Previdência fosse aprovada na Câmara Federal para pôr na rua o Presidente do INCRA.

O que disse o esquerdista da DS? 'Faz parte de um processo de gestão pública: sintonias mais claras, padrão mais afinado'. A sintonia mais clara está em colocar na direção do INCRA Rolf Hackbart, que é assessor de Aloizio Mercadante no Senado. Esse parlamentar petista - modelo do arrivismo pequeno-burguês - é favorável a disciplinar o MST, em nome da democracia, ou seja, da democracia dos latifundiários.

A destituição de Marcelo Resende foi ordem direta de Lula, bem como a nomeação do assessor de Mercadante. Rosseto é uma peça figurativa, que se equilibra sobre a corda bamba para manter o cargo.

Representantes dos latifundiários consideraram uma pequena vitória.

Declarou João Sampaio, da Sociedade Rural Brasileira: 'O governo demorou a perceber que, com toda ligação ideológica que o Rezende tinha com os movimentos dos sem-terra, ele não estava em condições de mediar conflitos'.

O representante dos latifundiários acha que foi apenas um primeiro passo para modificar a orientação do INCRA. Sabemos que 'mediar' para os donos do poder econômico e do Estado é defender seus interesses de classe capitalista.

O presidente da Comissão Pastoral da Terra, bispo d. Tomás Balduino, considerou um desastre para a reforma agrária. Faz a seguinte revelação: 'Não se trata apenas de uma troca de pessoas, mas sim da mudança de modelo da reforma agrária. O que está em gestão no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é um modelo baseado no mercado - pior do que o adotado no governo de Fernando Henrique.' Acusa diretamente ao ministro: 'Rosseto está comprometido com a reforma agrária de mercado, que pode trazer de volta o Banco da Terra, combatido pelos movimentos sociais. É possível compreender melhor agora porque ele não deu nenhuma agilidade ao plano de reforma agrária, que, após oito meses de governo, ainda não conseguiu andar.'

De fato, tanto Lula quanto o ministro

Rosseto haviam dito que não se tratava de quantidade de assentamentos, mas sim de qualidade dos já assentados. O que evidenciou o não cumprimento dos 60 mil assentamentos prometidos.

A secretária de política agrária da Contag, por sua vez, lamentou a demissão do Presidente do INCRA porque estava em discussão um Plano Nacional de Reforma Agrária. A burocracia sindical da Contag é insuspeita. Apóia o governo na sua linha mestra de evitar a luta de classe no campo.

Mas o PT/Lula teve de ouvir as exigências da burguesia e provavelmente dos órgãos de segurança do Estado (Abin, polícia federal, judiciário) sobre o perigo de se perder o controle do MST e da ordem social no campo, determinada pelo poder da oligarquia latifundiária.

Estamos diante de fatos políticos e de uma situação que mostram o quanto é ilusório o ponto de vista das esquerdas petistas de democratizar o Estado capitalista, ganhar espaço por dentro 'em favor da sociedade civil', 'desprivatizar a coisa pública', criar um 'novo modelo alternativo de governo democrático e popular' etc. O Estado é a máquina de exercício da ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada.

Não houve reforma agrária sob FHC, não haverá sob o do PT/Lula e sob nenhum governo burguês. Enquanto o Estado for burguês, os camponeses não terão acesso à terra.

A via dos assentamentos não leva à reforma agrária, que implica liquidar o poder latifundiário sobre a terra.

Não há nada de absurdo na denúncia de d. Balduino que Rosseto pode trazer de volta o Banco da Terra, pois a avaliação de que a via do assentamento fracassou e de que o Estado não pode doar terras, comprando-as dos latifundiários, reforça a pressão do FMI, Bird etc. A pe-

quena parcela de camponeses que, por ventura, possa voltar a ter uma pequena propriedade (para perdê-la logo mais) terá de arcar com parte do custo, por meio do Banco da Terra. Assim foi planejado por FHC/Bird, sob a supervisão do FMI, para pôr fim aos assentamentos provenientes de terras compradas pelo Estado e repassadas aos sem-terra.

D. Balduino reclama da 'mudança de modelo de reforma agrária', como se antes não fosse baseada no mercado e agora sim. Não é esse o fundo da questão. Antes o governo fazia vistorias e comprava as terras, para distribuí-las segundo um cadastro. A lei da propriedade e do mercado continuavam a vigorar. A diferença é que com o Banco da Terra o camponês tem de pagar a terra. Sem dúvida, piora a condição do assentado e limita ainda mais o pequeno acesso provisório do 'modelo anterior'.

O movimento dos sem-terra enfrentará um impasse mais decisivo, pois o governo do PT era uma esperança de reforma agrária pacífica, dentro da ordem social e das leis de mercado de venda e compra das terras. Esse governo se revelou pró-oligarquia.

O desfecho do impasse dependerá do proletariado responder ao problema do poder do Estado. O que passa pela luta em torno da constituição da aliança operária e camponesa para derrubar o poder burguês. Toda ilusão em torno de modelos de reforma agrária, em governos comprometidos com as causas populares, em políticas de inclusão social, em Planos Nacional de Reforma Agrária deve vir abaixo e superada. A construção do partido-programa, que tenha por estratégia a revolução proletária, por tática a aliança operária e camponesa e por método a ação direta, é a condição decisiva para a emancipação de todos oprimidos.

Inaceitável a posição da direção do MST em relação ao governo do PT/Lula

A direção nacional do MST divulgou nota oficial a respeito da demissão de Marcelo Resende do Inca. Na nota, a direção do MST reitera seu apoio e confiança no governo do PT/Lula, ainda que diante da demissão de Resende, da conivência do governo diante das prisões políticas de seus militantes e da sua omissão frente ao assassinato de um número recorde de sem-terras.

É inaceitável que a direção do movimento reafirme seu apoio ao governo numa situação dessas. É preciso exigir do governo que liberte imediatamente os presos políticos e puna os assassinos de sem-terras.

Reforma Tributária é de saque e empobrecimento das massas

Após o acordo com os governadores para a aprovação da Reforma da Previdência, agora foi a vez das negociações entre o governo PT/Lula, governadores, prefeitos e representantes do capital para a votação da Reforma Tributária. Havia já acordado que a Reforma Tributária sofreria mais emendas no momento em que chegasse ao Senado e que a Previdência ocorreria o inverso, reservando ao Senado o papel de aprová-la sem restrição. Mas, o choque de interesses se manifestou desde o início, o que fez o governo a barganhar com as frações burguesas e seus partidos até minutos antes da votação. Mesmo com os votos favoráveis ao governo, os impasses permaneceram e a todo momento os choques vieram à tona ameaçando, inclusive, retomar pontos da Reforma da Previdência, no Senado.

O jogo e as disputas entre os Estados em torno da divisão dos impostos revelam o caráter oligárquico do Estado nacional. Estados e prefeituras nordestinos se sentem prejudicados na partilha dos impostos. Por sua vez, os do Sul e Sudeste reclamam da política fiscal, que favorece o deslocamento de grandes empresas para as regiões mais pobres em função das isenções tributárias e das alterações previstas em relação ao ICMS. Todos se aliam para reduzir o poder da União na captação dos recursos. Questionam o grau de centralização exercido pela União e os mecanismos de repasse das verbas públicas. É nesse momento que o caráter federativo do Estado brasileiro se manifesta como expressão da debilidade da burguesia nacional de constituir a chamada "unidade nacional". O federalismo é mantido às custas da forte centralização burocrática e corrompida da União. Os governos estaduais e municipais e seus partidos estão à mercê dos interesses oligárquicos. Não por acaso, dentro de um mesmo partido os interesses locais se sobrepõem ao geral.

Dois dados são importantes para demonstrar o quanto cresceu a centralização dos impostos: Em 1988, dos impostos arrecadados pela União, por

volta de 80% eram distribuídos entre estados e municípios. Apenas 20% do que a União arrecadava não eram "compartilhados". Hoje, 53% concentram na União. É sobre essa fatia que os estados e municípios barganham vantagens. Essa concentração torna os estados e municípios mais dependentes da centralização oligárquica e os empobrece, sem considerar a ampla sonegação e corrupção que existem em todas as esferas do Estado burguês.

O importante é que por cima dos choques inter-estados e dos atritos entre as frações oligárquicas estão o poder do grande capital financeiro internacional e dos monopólios, que pressionam o governo brasileiro a aceitar os planos do FMI.

A Reforma Tributária é uma das orientações dos credores internacionais. Tem como essência "viabilizar" o cumprimento do acordo com o FMI de manutenção do superávit primário de 4,25%. Portanto, um mecanismo para a continuidade do pagamento das volumosas dívidas interna e externa. Esse fundamento da centralização obriga o governo descarregar os impostos sobre a maioria explorada e manter sob as mãos da União o controle da arrecadação. Na disputa dos recursos, os governos estaduais endividados exigem maior fatia do bolo tributário.

Os choques de interesses

1. **DRU** (Desvinculação de Receitas da União). Pela reforma, o governo prorroga até 2007 o mecanismo que permite retirar 20% dos principais tributos de gastos mínimos obrigatórios, a exemplo de aplicação por parte da União de no mínimo 18% à educação, bem como, o percentual destinado à saúde. O governo PT/Lula não aceita retirar a DRU porque para cumprir com as metas determinadas pelo FMI necessita desses recursos.

2. **CPMF** (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). O governo prorroga até 2007 a cobrança de 0,38%, que deveria ser reduzida para

0,08% em janeiro de 2004. Esse imposto permanece nas mãos da União. Os Estados querem que o governo federal conceda parte desses recursos, que estão em torno de R\$ 25 bilhões, só nesse ano.

3. **ZFM** (Zona Franca de Manaus). O governo prorroga até 2023 os benefícios fiscais dessa região. Os seja, pela legislação vigente, tal benefício seria extinto em 2013. A região sudeste, em particular São Paulo, se sente prejudicada porque perde na concorrência, pois empresas são atraídas para Zona Franca. Por outro, retirar a ZFM afasta as indústrias da região norte.

4. **ICMS** (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O governo unificou as alíquotas (de 44 para 5). Criou o teto de 25% para as alíquotas. Concede aos estados o direito de um adicional de até 5 pontos para até 4 produtos. Estabeleceu um prazo de 11 anos para a transição da cobrança (lugar de produção ou de destino). Os estados das regiões mais pobres (Norte, Nordeste, Centro-Oeste) exigem que a cobrança seja no local de destino, com isso, podem arrecadar mais. Por sua vez, os estados produtores, em especial São Paulo, reclamam das perdas que a medida de transferência causaria. O governo, ao unificar as alíquotas, colocou-as sobre o teto mais alto. Trata-se do principal imposto, que arrecadou, por exemplo no ano de 2002, R\$ 104,3 bilhões.

5. **Benefícios Fiscais**. O governo determinou que os benefícios concedidos pelos Estados para atrair empresas seja mantido por 11 anos. Ou seja, permanecem os atritos com o estado de São Paulo, que reclama perdas de empresas para o nordeste.

Industriais pressionam o governo

A classe capitalista industrial (nacional) reclama da proposta de Reforma Tributária.

1. Protesta contra o crescimento da carga tributária de 24%, em 1988 para 36% do PIB. E que a reforma proposta aumenta ainda mais a arrecadação.

2. Exige que a alíquota da CPMF seja 50% inferior à da pessoa física. Querem “desoneração da produção”, como o IPI (Imposto sobre produtos industrializados), mas que seja imediata.

3. Rejeita a forma gradual que modifica a cobrança da Contribuição patronal à Previdência. Pretende que não incida sobre a folha de salários e que seja sobre o faturamento da empresa.

Milhões de reais e outros tantos cargos serviram de moeda de barganha

A política do governo PT/Lula tem sido a mesma de governos anteriores. As reformas neoliberais são implantadas mediante negociatas com a classe capitalista e seus governos estaduais e municipais.

Para aprovar a Reforma da Previdência, o governo liberou R\$ 100 milhões. Em três dias, para aprovar a reforma tributária, foram liberados R\$ 52,4 milhões a governadores e prefeitos para obras que atendiam interesses de parlamentares.

A distribuição de cargos também fizeram parte dos acordos.

Mais uma reforma contra os assalariados

Os trabalhadores são os que sofrerão na pele o peso da Reforma Tributária.

1. A CPMF atinge a maioria trabalhadora, que está sujeita às contas bancárias;

2. O ICMS recai sobre o preço das mercadorias, dos remédios etc

3. O aumento das taxas cobradas pelos prefeitos aos serviços de limpeza

(taxa do lixo) penaliza a população dos bairros;

4. A permissão que impostos municipais para serviços de iluminação pública incidam sobre o consumo de energia e que sejam cobradas na conta de luz recaem sobre a maioria explorada.

5. A não correção da tabela do Imposto de Renda aumenta a faixa dos que terão de pagar mais imposto.

6. A manutenção da DRU desobriga o Estado da responsabilidade de utilização dos já miseráveis recursos à educação e saúde.

Posição da CUT diante da Reforma Tributária

O presidente da CUT, Luiz Marinho, colocou-se favorável à Reforma Tributária. Disse que se trata de uma reforma para permitir o desenvolvimento econômico do Brasil e criar empregos. E completou “ a reforma, por pior que seja, é boa para o Brasil porque desonera a produção, aponta para a simplificação tributária e cria mecanismos para combater a sonegação”. Foi além: “O governo deve chamar a sociedade para assumir também esse papel de fiscal porque na medida em que a arrecadação aumentar temos uma redução da carga tributária”. Isso fez lembrar a época dos “fiscais de Sarney” para controlar os preços nos supermercados.

Uma reforma a serviço do saque

O argumento do governo de que precisa da Reforma Tributária, tanto quanto da Previdência, para criar as condições do desenvolvimento econômico é uma

mentira para esconder as verdadeiras razões. Ou seja, a manutenção do saque do Brasil pelos credores internacionais. O Estado não consegue brecar o endividamento crescente e o crescente envio de bilhões de dólares em juros e amortizações. Uma massa de mais-valia produzida (capital criado pelo trabalho operário) é extraída da economia interna e transferida para o exterior. Para que se tenha o rigor tributário e orçamentário, é preciso limitar a autonomia federativa dos Estados e impor maior centralização oligárquica. Trata-se da oligarquização pelo capital financeiro, que submete as velhas oligarquias regionais agrárias e seus derivados. A fração do capital industrial nacional também se vê limitada pela oligarquia financeira internacional.

O fundamental é que todas as frações internas acabam concedendo mais privilégios ao capital parasitário e o fazem na condição de que as massas paguem pelo custo do saque.

A burocracia sindical se divide em torno dos interesses das frações capitalistas e colabora para que os trabalhadores recebam o peso das reformas neoliberais.

A forma das massas reagirem é defender as reivindicações que partam da fonte de toda a exploração, que são o emprego, a jornada de trabalho, o salário e os direitos trabalhistas. É preciso se contrapor à ofensiva de fome e miséria, com as bandeiras de redução da jornada de trabalho sem reduzir o salário (escala móvel do trabalho), reposição das perdas salariais, aumento real e escala móvel de reajuste. Partindo desse conjunto de reivindicações elementares, levantar as tarefas antiimperialistas e anticapitalistas.

Punição aos assassinos do Araguaia!

O “Diário da Justiça” publicou em 22 de julho uma decisão judicial que determina a quebra do sigilo das informações militares de todas as operações ligadas à guerrilha. O governo do PT/Lula recorreu parcialmente da sentença para impedir a abertura dos arquivos, e reconheceu o di-

reito dos familiares de localizar os restos mortais dos desaparecidos.

Trata-se do acobertamento pelo governo do PT/Lula dos crimes da ditadura militar. De nada adianta dizer que os familiares têm direito de procurar pelos corpos. É preciso punir os criminosos. 24 anos

depois de promulgada a lei de anistia no país, os assassinos e torturadores permanecem impunes, alguns deles até ocupam postos na administração pública. Os movimentos devem exigir do governo a punição aos assassinos do Araguaia e de toda a ditadura militar!

Governo do PT/Lula prepara as reformas sindical e trabalhista

Depois de aprovadas as reformas da previdência e tributária, o governo Lula encaminhará as reformas sindical e trabalhista. A reforma trabalhista é parte do conjunto de medidas antinacionais e antipopulares exigidas pelo imperialismo e assumidas pelo governo. Enquanto a reforma da previdência e tributária estão voltadas para o sustento do parasitismo financeiro, a reforma trabalhista tem como objetivo liberar a superexploração do trabalho assalariado, de forma a permitir aos capitalistas total liberdade de contratação e demissão de trabalhadores, redução de direitos, extensão da jornada de trabalho, redução salarial, desresponsabilizá-los em relação aos impostos. Diante das tendências de redução da taxa de lucro, próprias do capitalismo e acentuadas pela crise mundial, procura-se alimentar os lucros apropriando parte dos salários, direta ou indiretamente.

Para sua aplicação, a reforma trabalhista tem de contar com o apoio da burocracia sindical, que cumpre o papel de conter as tendências de luta e revolta dos trabalhadores. Por isso, o governo entende que reforma sindical como parte da reforma trabalhista. A reforma sindical tem como essência a preservação da ingerência do Estado sobre os sindicatos, e sua divisão e fragmentação de acordo com os interesses dos capitalistas e da burocracia sindical.

A reforma trabalhista é uma imposição do imperialismo

Uma das exigências para a implantação da Alca é a realização da reforma trabalhista. Os Estados Unidos consideram os direitos trabalhistas como subsídio à produção

brasileira. E sabem que o acordo de liberalização unilateral do comércio de suas mercadorias aos mercados latinoamericanos implicará quebras de setores locais. A sobrevivência da burguesia nativa depende da possibilidade de ampliar a superexploração do trabalho. Então, a burguesia imperialista e a burguesia nacional têm interesse de realizar essa reforma. Chamam de flexibilização dos direitos trabalhistas o que na verdade é a destruição desses direitos. A reforma trabalhista é uma válvula de escape da crise capitalista, e pretendem jogar o peso dessa crise sobre os assalariados.

A reforma trabalhista tem sido feita com os acordos malditos

Os primeiros passos para a implantação da reforma trabalhista foram os acordos firmados entre a burocracia sindical e as montadoras de veículos. Os bancos de horas, os acordos de redução de jornada e salários, o lay-off, os PDVs, a terceirização, todas essas medidas concretizaram quebra de direitos trabalhistas. No final das contas, os trabalhadores perderam parte de seus salários e muitos perderam os empregos. Em troca de quê? Da preservação dos lucros da montadoras. Os dirigentes sindicais que defenderam esses acordos contra a luta dos operários colaboraram com a quebra dos direitos e deram um passo fundamental para a aplicação da reforma trabalhista.

A reforma sindical é meio para destruição dos direitos

O projeto de reforma sindical será enviado pelo governo ao Congresso

até outubro. Depois então é que será enviado o texto da reforma trabalhista. A idéia do governo é negociar bem com a burocracia as alterações na legislação sindical, de forma a preservar os interesses dos burocratas de controlar os aparelhos sindicais. E, ao mesmo tempo, permitir as mudanças reivindicadas pelos patrões, que se concentram na possibilidade de fragmentar os sindicatos para levar à negociação por empresa e até por setor da fábrica, enfraquecendo os operários com a divisão. A reforma sindical abrirá então o caminho para a destruição dos direitos trabalhistas, que serão "negociados" entre os patrões e a burocracia sindical.

Abaixo as reformas sindical e trabalhista

Trata-se da defesa das condições mais elementares de sobrevivência dos assalariados. A luta pelo salário e pelo emprego está ligada à defesa dos direitos trabalhistas, que são parte indireta dos salários e limitam a demissão pelos patrões. Não se trata de pressionar algumas dezenas de parlamentares da base governista para mudarem de voto. Trata-se de defender os direitos trabalhistas em cada fábrica, contra os acordos malditos da burocracia sindical, trata-se de pressionar de fato os capitalistas com a paralisação da produção, as grandes manifestações, os bloqueios de ruas e estradas e as ocupações. Também não se trata de lutar apenas contra uma única votação no Congresso, mas de realizar um movimento nacional pela derrubada integral das reformas neoliberais, aplicadas com empenho pelo governo do PT/Lula contra as massas que o elegeram.

Devemos participar do Congresso da Apeoesp?

São muitas das razões que mostram que os professores não podem ficar alheios ao Congresso do sindicato (Apeoesp). Mas uma parcela reluta em dizer, nas escolas, que não está interessada em discutir os temas do Congresso, que isso é política. Outros, falam que sempre é a mesma coisa: chega a época das eleições e dos congressos, as promessas se multiplicam, mas na prática tudo continua o mesmo. Apóiam no argumento de que nada tem sido conseguido para os professores e que o governo propagandeia as maravilhas de seus projetos ("família da escola", "paz e cidadania", "teia do saber", computadores etc) sem que o sindicato denuncie as falcatruas que estão por detrás de tais projetos. Dizem, o concurso, com uma bibliografia volumosa, é para reprovar boa parte dos ACTs e responsabilizar o fracasso do ensino à falta de preparo dos professores.

De fato, isso tem um fundo de verdade. Nesses últimos anos, o governo Alckmin/Chalita está impondo toda sorte de projeto nas escolas. Usa os pais e alunos como cobaias para a prestação de serviço voluntário. Contrata funcionários e professores sem nenhum vínculo empregatício, por tempo determinado e com salários mais baixos. Faz parcerias com as escolas privadas (faculdades) para usar os alunos inadimplentes como monitores nos finais de semana e, com isso, subsidia o ensino privado. Entrega uma fábula de dinheiro às universidades particulares em troca da "formação do professor" ("teia do saber"). Não reajusta os salários há anos e não investe uma centavo novo na escola pública - permanecem os mesmos 3,5% do PIB. Mas, o problema não está aí. Está justamente no fato de não ter ocorrido uma resistência coletiva dos professores para responder as "parafornalhas" dos projetos, as medidas de

destruição da educação e as péssimas condições de vida (salário).

E por que isso ocorre? Justamente porque os sindicatos são dirigidos por uma política de conciliação de classe com os governos. A Udemo e o CPP são abertamente colaboracionistas. Não se opõem à reforma do ensino, a LDB, municipalização e a eliminação de direitos contidos no Plano de Carreira. Sequer realizam assembléias, fazem congressos e eleições diretas para a escolha das diretorias. A Apeoesp, embora denuncie em palavras as medidas governamentais, pouco tem feito para organizar os professores para barrar a ofensiva dos governos.

Porém, é preciso fazer uma distinção: não se trata do sindicato (Apeoesp), mas sim da direção e da política que vem sendo implementada. Por isso, a questão é política. Os sindicatos são instrumentos de luta criados pelos trabalhadores, no fogo dos combates contra os patrões e governo. E para dirigi-los há que ter uma política. E nas condições em que vivemos hoje, só há duas políticas para o sindicato: de conciliação com a classe capitalista e seu governo (mais aberta ou mais velada) ou de luta de classe. Ou de submissão às políticas governamentais, ou de enfrentamento por meio da ação coletiva. A maioria das direções sindicais pratica a política da conciliação. A política de conciliação de classe é assimilada por uma camada conservadora dos professores, que acaba servindo de base social para despolitização e o imobilismo do conjunto. Quanto mais se fortalece essa camada, mais força tem a política das direções sindicais. É bom observar que muitos dos argumentos dessa camada contra a atuação ativa no movimento social expressam a orientação de passividade e de renúncia à luta pelas reivindicações.

Para modificar essa situação é necessário que os professores participem

das assembléias, congressos etc para combater a política das direções conciliadoras e defender a política própria dos trabalhadores, que é a da classe explorada. A neutralidade e a omissão acabam favorecendo a política dos governos, que é burguesa. E não há como ser um trabalhador da educação sem que seja um sujeito ativo na luta de classe e na defesa das reivindicações da maioria oprimida, entre elas as da educação.

A Corrente Proletária na Educação participa do Congresso defendendo a Tese 2

Não se trata simplesmente de participar do congresso, que, sem dúvida, tem sido deformado e festivo. Trata-se de participar para rejeitar esse tipo de congresso e aprovar uma linha oposta à política de conciliação das direções sindicais, responsáveis exatamente por esse tipo de congresso.

Precisamos de um congresso classista, que discuta a fundo a situação política nacional e internacional, a desintegração da educação pública e aprove o combate à política governamental de destruição do ensino público, eliminação de direitos trabalhistas e manutenção do arrocho salarial. Um congresso que se coloque pela independência da Apeoesp em relação ao governo PT/Lula e que rejeite a política de conciliação de classe das direções sindicais. Portanto, um congresso que prepare as condições para a resistência coletiva dos trabalhadores da educação à ofensiva neoliberal dos governos.

A Corrente proletária inicia sua tese defendendo a independência de fato do sindicato em relação aos governos, o que pressupõe a organização dos trabalhadores em torno de suas reivindicações para poder arrancar des-

ses governos (Lula/Alckmin), aplicadores da política dos banqueiros e do grande capital, por meio da luta direta e de massa.

Outro ponto da tese 2, é o de que o congresso deve aprovar a rejeição de todas as reformas neoliberais de FHC/Lula/FMI – Reformas da Previdência, Tributária, Sindical e Trabalhista. E se colocar contra a política de emendas às reformas, como propõe a diretoria da Apeoesp. Defender, portanto, um sistema único de Previdência pública, estatal e inteiramente sob o controle dos trabalhadores. Defender todas as conquistas trabalhistas destruídas pelos governos neoliberais. O direito irrestrito dos trabalhadores

se organizarem e o fim da toda a legislação que impede a livre manifestação dos explorados. Rejeitar a farsa do “Fome Zero” e do “Primeiro Emprego” e aprovar o reajuste imediato dos salário mínimo, para que se possa de fato combater a fome e a miséria.

A Tese 2 defende a luta contra o intervencionismo econômico e militar das potências imperialistas sobre os países semicoloniais; a autodeterminação dos povos e o rompimento com todos os acordos e contratos com o FMI. Posiciona-se contra a Alca e se coloca pela constituição de uma frente única antiimperialista para enfrentar a opressão nacional e social.

Na educação, a tese 2 defende o fim

da reforma educacional de FHC/FMI e contra a política do governo PT/Lula de continuidade da reforma privatizante do Banco Mundial. Coloca-se pela escola única, pública, gratuita, laica e vinculada à produção social. Tema esse importante que estaremos debatendo em nossa plenária do dia 21 de setembro.

Portanto, a Corrente Proletária atua no congresso combatendo a política de submissão da direção da Apeoesp ao governo e levantando um programa de luta em favor do emprego, do salário, dos direitos trabalhistas e da escola vinculada à produção social.

Três fatos que marcaram

O governo PT/Lula aprovou, em segundo turno na Câmara, a Reforma da Previdência. As conseqüências são violentas para os aposentados, para os que vão ingressar e para aqueles que estão nos serviços públicos. Aumentaram o tempo de trabalho, os descontos e ampliaram as dificuldades para se alcançar a aposentadoria. A estratégia do governo é: aqueles que podem pagar os fundos de previdência privados terão alguma reserva na velhice; para a maioria do funcionalismo, restaram descontos, exploração de mais anos de trabalho e minúscula aposentadoria no futuro.

O segundo, restringiu-se às manobras no Congresso para a aprovação da Reforma Tributária. Os governadores exerceram forte pressão para assegurar algumas vantagens para seus Estados. Na verdade, os governos de todas as esferas (federal, estadual e municipal) procuram aprovar medidas que eliminam a vinculação de verbas públicas e maior liberdade para a cobrança de impostos. No final das contas, será sobre os ombros da maioria da população que recairá o peso dessa reforma. A manutenção do CFMIF reflete a orientação da reforma que retira dos assalariados e repassa a poderosos grupos econômicos.

O terceiro, foi a aprovação do orçamento do governo do PT para o ano de 2004. O montante de recursos destinado à saúde e à educação foi insignificante. O

que quer dizer, que o custo-aluno (Fundef) continuará sendo irrisório. A promessa de implantação do Fundeb (para atender o ensino médio) dificilmente dará um passo no sentido da obrigatoriedade do Estado manter esse nível de ensino. A demagogia do PT de que a escola pública era prioridade e o ensino “inclusivo” para a maioria seria um objetivo a ser alcançado pelo seu governo vem abaixo com a pequena fatia orçamentária destinada à educação. A calamitosa saúde pública permanecerá nas mesmas condições. Há um ponto diretamente responsável pela fome de milhões, que é o salário mínimo. O governo prometeu dobrá-lo, mas ficou para um futuro desconhecido. A verba social aprovada demonstra o quanto esse governo nasceu comprometido com as políticas neoliberais de FHC.

As condições dos trabalhadores se agravaram

Não há uma só família que não tem em casa um desempregado ou subempregado.

Não há um só trabalhador que não reclama dos baixos salários e, principalmente do salário mínimo de R\$240,00.

Boa parte dos jovens está há meses/anos à procura de um trabalho.

Os trabalhadores da educação sentem na pele o aumento da exploração do

trabalho, as péssimas condições de ensino, a destruição de direitos trabalhistas e o brutal arrocho salarial.

E onde estão as mudanças prometidas? Onde estão os recursos do Estado mais rico da federação, que não consegue reajustar os salários dos trabalhadores da educação, saúde etc?

Está mais do que evidente. A população arca com pesados impostos, tarifas, com o sustento de parte das escolas (APMs) e o dinheiro é arrancado dos cofres públicos para sustentar a volumosa dívida, os compromissos com o FMI (superávit primário de 4,25%), o parasitismo financeiro, a corrupção estatal e a sonegação fiscal por parte dos empresários.

Modificar essa situação requer a organização dos trabalhadores para enfrentar de conjunto a política desses governos. As direções sindicais estão apoiando os governos. Por isso, o descontentamento dos assalariados não tem sido canalizado para a luta coletiva pelas reivindicações e contra as reformas governamentais.

A direção da Apeoesp, grande maioria petista, está amarrada até os ossos com esses governos (PT e PSDB). Derrotar a política governamental implica travar um combate ao colaboracionismo, ao corporativismo e toda sorte de sindicalismo de chapa branca que está presente em nosso sindicato.

Uma violência sobre a juventude

Em São Paulo, somente 1.776.566 jovens estudam no ensino médio. O que mostra que 48% da juventude entre 15 e 17 anos estão fora da escola.

Dos que conseguiram vaga no 1º ano do ensino médio – 794.189 estudantes –, somente 670.763 conseguiram alcançar o 3º ano. O que quer dizer que 15,54% dos que entraram tiveram de abandonar os estudos.

Ainda mais: os jovens que trabalham, nessa faixa de idade, são os que estão obrigados a uma jornada de trabalho superior a 8 horas diárias. As indicações são de que 42% desses jovens trabalhadores trabalham acima da jornada já estafante determinada pela lei trabalhista e recebem os menores salários.

Se olharmos para os estudantes do ensino fundamental (1ª a 8ª série), a situação não é muito diferente. Na periferia, as escolas estão abarrotadas de alunos. O abandono dos estudos também está presente. Em São Paulo, o número de crian-

ças e adolescentes entre 5 e 15 anos que já trabalham ultrapassou os 12%. Boa parte sem nenhum salário. São crianças que ajudam os pais na roça, trabalham como empregados em casas de família, acompanham adultos na cata de papel, lata e outros materiais, vendem doces e limpam carros nos faróis, enfim estão na luta pela sobrevivência. Só aqui em São Paulo, são mais de 200 mil crianças nessas condições.

Temos força para enfrentar a opressão

Nada disso que ocorre é natural. Alguns dizem por aí que isso sempre foi assim e será assim. Mas o fato é que a opressão social que sofre a juventude tem as mesmas causas da opressão suportada pelos operários, camponeses e classe média arruinada.

São milhões de trabalhadores e jovens submetidos à exploração do traba-

lho. Exploração essa que cria riqueza não para toda a sociedade, mas para a sua acumulação em mãos de uma minoria exploradora (capitalista). Está aí por que somente com a luta coletiva dos trabalhadores e da juventude contra a exploração é possível defender nossas vidas e transformar a sociedade capitalista em socialista.

A defesa de reivindicações como trabalho e escola para todos deve ser levada a sério. Se queremos de fato combater a opressão sofrida pela maioria da juventude, temos de lutar por uma jornada de trabalho de no máximo 4 horas e o restante do tempo dedicado aos estudos. Nós jovens e estudantes temos de construir um movimento organizado sobre a base de reivindicações como essa e de unidade com os demais explorados. A construção dos grêmios livres e independentes deve ser nossa tarefa para ter força coletiva contra os exploradores, sua política e sua máquina repressiva.

Morre o adolescente, Marcos Chaves de Jesus, de 13 anos, durante os protestos dos estudantes na Bahia.

É preciso responsabilizar o Estado

Os estudantes realizaram grandes manifestações de rua, bloqueios das principais avenidas e ocuparam o prédio da Câmara. Isso porque a prefeitura impôs o reajuste das tarifas de ônibus, de R\$1,30 para R\$1,50. E a meia passagem dos estudantes só é válida durante o ano escolar (período de aulas). Também cobravam do governo PT/Lula as promessas de campanha eleitoral. Num dos protestos, o estudante Marcos foi morto.

O movimento estudantil ganhou apoio da população, que também sente o peso do aumento das passagens de ônibus. Com as bandeiras contrárias ao reajuste das tarifas e pela meia passagem para todos os dias do ano (365 dias e não os 200 determinados pelo governo), os estudantes ganharam às ruas.

O governo para impedir as manifestações e bloqueios usou a polícia, bombas de gás e a tropa de choque (Esquadrão Águia). Mesmo assim, o mo-

vimento não cedeu. A prefeitura, dirigida pelo PFL Antônio Imbassahy, foi obrigada a abrir uma negociação em torno da meia passagem.

O que ocorreu na Bahia não foi um fato isolado

Há poucos meses atrás, os estudantes de Londrina (Paraná) também saíram às ruas contra o aumento das passagens de ônibus. Durante o bloqueio no terminal de ônibus, um dos estudantes também foi morto por um ônibus. O movimento em Londrina ficou conhecido como "Pula catraca".

No Rio de Janeiro, os estudantes também saíram às ruas defendendo o passe livre nos ônibus. Uma reivindicação muito importante porque é o direito dos estudantes circularem livremente nos ônibus sem a necessidade da carteira de passe e nem de pagar a meia passagem. Os estudantes enfrentam o desemprego e raramente tem o dinheiro para pagar as altas tarifas que são cobradas pelas prefeituras.

Em Fortaleza, Ceará, também houve protestos dos estudantes secundaristas em torno da meia passagem e contra o aumento decretado pelo prefeito.

Como se vê, a luta contra o preço das passagens tem mobilizado os estudantes em vários pontos do Brasil. Aqui em São Paulo, é preciso que os estudantes se organizem para esse movimento. O preço de R\$1,70 das tarifas de ônibus e os abusos com a carteirinha de passe (que chegam no meio do ano, custam caro, só valem para o período escolar, se não apresenta na roleta não pode passar etc) têm causado queixas em todas as salas de aula.

Por isso, os grêmios têm de preparar para enfrentar nas ruas a luta contra os reajustes das passagens e iniciar a defesa pelo passe-livre.

Nós defendemos que nenhum estudante pague a passagem nos transportes coletivos. E que nenhum desempregado pague passagem também. Então, a luta pelo emprego, pela escola pública e passe livre tem de ser uma só.

Resolução estudantil

Fortalecer o trabalho partidário entre a juventude e os estudantes universitários

1. As condições para o POR desenvolver as posições programáticas da revolução proletária nas escolas e universidades, bem como no seio da juventude dos bairros operários, têm se tornado cada vez mais favoráveis. O capitalismo em decomposição golpeia amplamente as várias camadas das novas gerações. Combina desemprego crescente, superexploração, frustração escolar, desintegração familiar e empurra grande contingente para situação de violência física e moral. As contradições do sistema de exploração do trabalho se manifestam sensivelmente com os desequilíbrios econômicos e sociais. A burguesia e seu Estado estão obrigados a atacar as condições de vida do conjunto da população. Os efeitos atingem a juventude, que se sente obrigada a reagir coletivamente e elevar a consciência política. Os instrumentos de dominação continuam, sem dúvida, a exercer grande pressão contra a transformação do instinto de revolta dos jovens em movimento político, mas a tendência é destes se chocarem contra os aparatos burgueses e se lançarem no campo da luta de classe.

2. O reformismo petista, seus aliados estalinistas e o centrismo esquerdista mantêm sob sua direção as frações mais participantes dos acontecimentos e das atividades políticas. Controlam as principais organizações de massa e traçam os rumos do movimento estudantil. Mas as experiências da juventude com a política eleitoral, corporativista, imobilista, pacifista, conciliadora e parlamentar-distracionista mostram o quanto tais direções estão em posição contrária às aspirações estudantis e o quanto não podem expressar o instinto de revolta contra a opressão. A ausência de uma fração revolucionária entre a juventude explica, em grande medida, a dificuldade de quebrar a força dos aparatos e o movimento estudantil ganhar projeção contra a burguesia e seu Estado.

3. A chegada do PT ao poder do Estado, com apoio do estalinismo (PCdoB) e do centrismo revisionista do trotskismo

(O Trabalho, DS etc), abre uma nova situação. Essas correntes são obrigadas a mostrarem mais abertamente sua identidade pró-capitalista e, portanto, a incapacidade de travar a luta antiimperialista. Comparecerão, com mais evidência, como instrumentos do Estado capitalista. O PSTU tem sua responsabilidade frente à ascensão do PT, por toda sua trajetória de apoio eleitoral ao reformismo e por não poder se distinguir com um programa revolucionário - o programa da revolução e ditadura proletárias. A política de esquerda democrática antiimperialista - apoiada numa revolução socialista indefinida - incapacita essa corrente de se implantar historicamente. Tudo indica que ganhará mais projeção do que a que já tem, mas não encarnará a política do proletariado no seio da juventude.

4. Os impasses do reformismo pequeno-burguês comparecem diante de um governo que assume posições do grande capital e se curva ao imperialismo. É necessário acompanhar e atuar sobre a crise já prenunciada. De antemão não temos como saber o ritmo e durabilidade da experiência das massas exploradas e da juventude oprimida com a crise do reformismo e das variantes esquerdistas da pequena-burguesia. Vemos que os compromissos do governo Lula com o imperialismo são contudentes. O que indica a situação catastrófica da economia e o comprometimento financeiro do Estado. Os movimentos sociais, que foram represados sob o governo FHC, a exceção dos camponeses sem-terra, que não avançaram mais devido ao isolamento, tendem a se manifestar cobrando as expectativas depositadas no governo petista.

5. Despontam cisões no campo do reformismo. A ala esquerda do PT não pode assumir integralmente a política e as ações do governo Lula. Está obrigada a apoiá-lo e ao mesmo tempo a se opor a algumas de suas medidas antipopulares e pró-imperialistas. Reclama que a fração dominante do partido descumpra o programa, assimilando as pressões dos

banqueiros e dos grandes partidos. Assim caracterizam o governo petista como governo em disputa. Acreditam que os fracassos do governo, o descontentamento dos explorados e as lutas internas no aparato do Estado poderão modificar a linha de governabilidade, colocando o governo à esquerda e fortalecendo a fração petista crítica. Evidentemente, trata-se de auto-ilusão e de posição oportunista, que bem caracteriza a esquerda reformista. Também germina a idéia de um novo partido que continue o PT do programa democrático e popular. É a via para se evitar a bancarrota total da esquerda reformista e manter o controle de parte do movimento social.

6. O PCdoB vem expondo com clareza sua política fisiológica de aliança com todos os partidos. É um parasita que ocupa cargos parlamentares e executivos no Estado a partir de adesões eleitorais sem distinção partidária. Ganhou visibilidade no governo Lula por integrá-lo. Procura justificar sua participação em um governo que continua a administração FHC, que ataca a vida das massas e protege o grande capital com o argumento de lutar por um neodesenvolvimentismo soberano. O fato é que o estalinismo sobrevive como corrente burocrática-estatal, servindo aos partidos da burguesia e se aproveitando deles para se incrustar na máquina estatal. O problema está em que exerce forte controle burocrático sobre as organizações estudantis (UNE, UBES) e sobre uma parcela do movimento sindical. Localiza-se como uma fração superfisiológica do nacionalismo burocrático.

7. O PSTU comparece como a corrente crítica aos desvios do PT. Esteve na origem da constituição do partido reformista, sem caracterizá-lo como tal e sem demonstrar que o reformismo da época imperialista é contra-revolucionário. Ocorre que essa corrente tem suas raízes no revisionismo do trotskismo, que denominamos morenismo, por seguir as posições do

seu fundador Nahuel Moreno. Sua trajetória foi o de fortalecer o reformismo nacionalista, com a tática de apoiar um governo de ruptura com o imperialismo, que se assente nas necessidades das massas, tenha apoio popular e que se valha dele para abrir caminho a uma revolução democrática. O morenismo introduziu essa noção de transição para a revolução socialista. Nega-se a formular a o programa da revolução proletária e a constituir o partido sob a concepção leninista. Não por acaso desconhece a tarefa de elaborar o programa que expresse as leis da revolução, as bases materiais de nossa realidade e a estratégia da ditadura do proletariado. É nessas condições que atuou como ala esquerda do reformismo e se conserva como tal. Intervém na crise do PT com essa política, chamando a sua esquerda a constituir um novo partido. Ao influenciar a vanguarda e setores mais avançados da juventude, desvia-os da tarefa de construir o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskyista.

8. A organização da juventude e universitários sob a política do proletariado é importante para avançar a luta de classe e construir o partido. O POR vem constituindo a corrente proletária da educação, uma fração revolucionária que procura organizar massivamente a juventude e potenciar a construção do partido. Tomamos as necessidades e reivindicações da juventude, estando ou não na escola/universidade, como ponto de partida para vinculá-la à estratégia da revolução e ditadura proletárias. Confrontamo-nos, assim, de um lado, com o reformismo/estalinismo, e, de outro, com o centrismo esquerdista. A tarefa consiste no trabalho sistemático de defesa das reivindicações, elaboração das idéias classistas, demonstração do estado de opressão suportada pela maioria e constituição de direção física dos combates. O PT no poder do Estado permite aos revolucionários combater o reformismo e suas variantes esquerdistas em melhores condições, porque sua política comparece ligada aos problemas práticos, revelando seu

conteúdo de classe burguês. As teses do POR contra o reformismo, que antes eram tachadas pelos adversários de caprichos ideológicos, sectarismo, doutrinário etc, mostram abertamente sua concretude. É preciso desenvolvê-las aplicando corretamente a tática que vincula as necessidades imediatas dos explorados (emprego, salário, escola etc) com a luta anticapitalista e antiimperialista.

9. As bandeiras antiimperialistas se dirigem contra o grande capital e permitem à juventude se aproximar das posições estratégicas do proletariado de destruir o sistema capitalista. A educação, como toda atividade econômica, social e cultural, está condicionada pela ação do imperialismo. É preciso que o movimento da juventude alcance essa compreensão por intermédio de suas experiências e da política proletária. As reivindicações democráticas, como defesa da escola pública, estatização sem indenização da escola privada, autonomia universitária, controle dos trabalhadores sobre a educação etc se chocam com a política privatizante do PT e com as exigências do imperialismo. O centrismo não tem como ir até as últimas consequências na defesa das bandeiras democráticas e antiimperialistas, embora as maneje constantemente. Via de regra, o centrismo as usa para influenciar o reformismo, com o objetivo de empurrá-lo para a esquerda. Isola as tarefas democráticas e antiimperialistas umas das outras, mantém-nas separadas das necessidades imediatas e rompem seus liames com a estratégia da revolução. A aplicação correta da tática frentista nos movimentos práticos e nas lutas sindicais contra as forças que implantam a diretriz do Estado é fundamental para a experiência das massas e para nelas penetrar o programa antiimperialista e anticapitalista.

10. O rigoroso trabalho partidário permitirá à corrente proletária da educação aglutinar a vanguarda em torno da luta programática e selecionar a militância que se eleve à compreensão da necessidade do partido. O economicis-

mo, corporativismo, academicismo, sectarismo e oportunismo são obstáculos ao trabalho, de organização dos oprimidos e enfrentamento aos adversários do marxismo. É incompatível com o trabalho marxista de transformação dos instintos revolucionários dos explorados em consciência revolucionária a passividade, a falta de iniciativa, o individualismo, o superficialismo, o descontínuo e o diletantismo. A educação proletária da militância, a unidade da teoria e da prática, a constante crítica e autocrítica, elaboração e decisões coletivas são condições necessárias para construir a direção física da juventude ao lado do proletariado. Eis por que o POR rejeita qualquer outro instrumento para organizar em sua fileiras a militância a não ser o programa e a política revolucionária que lhe corresponde.

11. O trabalho partidário revolucionário só pode ser feito enquanto tal a partir da construção dos quadros militantes revolucionários profissionais. Os militantes revolucionários profissionais não são assalariados do partido, mas aqueles que dominam o programa e dedicam o essencial de sua vida à militância revolucionária, em oposição à militância diletante e pequeno-burguesa. Assimilam os métodos de atuação do proletariado, em oposição às atitudes pequeno-burguesas. O que significa que atuam com empenho e disciplina ao redor do programa e da linha elaborados coletivamente, lutam pelo avanço da elaboração programática, fixam como objetivo a organização e construção do partido, elaboram coletivamente seu jornal e atuam ao redor dele, trabalham ao redor das campanhas gerais e específicas do partido, constroem as frações revolucionárias no interior dos movimentos, sustentam financeiramente as atividades do partido (garantindo o princípio do autofinanciamento), participam ativamente das atividades gerais e de formação política do partido, estudam o socialismo científico e o aplicam à sua realidade.

Física-USP:

A reforma curricular é uma adaptação do curso à falta de professores

Nossa resposta deve ser:

contra o fim do bacharelado noturno;

contratação dos professores necessários;

criação de novos cursos somente com condições materiais para isso.

O fim do bacharelado noturno está sendo aceito pela diretoria do Cefisma (Centro Acadêmico)

A reforma curricular propõe acabar com o bacharelado noturno e substituí-lo por três cursos de Física: Aplicada, Médica e dos Materiais. A diretoria do Cefisma está discutindo e negociando essa reforma sem ter perguntado aos estudantes se querem ou não o fim do bacharelado noturno. O argumento da diretoria do Cefisma é que temos de ter o melhor curso possível com os professores que temos hoje (insuficientes). Ao invés de lutar pela contratação de mais professores, apóia a reforma de adaptação do curso. Essa política levará a um sucateamento maior do curso. **Como o número de professores tende a cair, se o curso for sendo adaptado a isso, vamos ter cada vez menos professores.** Basta ver o que aconteceu na FFLCH: ao longo da década de 1990, enquanto faziam adaptações dos cursos à falta de professores, o sucateamento prevaleceu, chegando ao ponto crítico (em 2002) de não haver mais professores nem para as disciplinas obrigatórias. Somente com a greve estudantil foi possível conseguir a contratação de 92 professores.

O enxugamento proposto pela reforma

a) **Redução do número de créditos para 102.** Com essa medida, serão dadas menos aulas, portanto será suficiente um número menor de professores. Conseqüências: um curso de nível inferior, que poderá ser feito em até 3 anos.

b) **Convênio com outras unidades para atender a 60% dos créditos.** Haverá uma troca de alunos nas disciplinas comuns com unidades como a Matemática, Química etc. Dessa forma, ou as salas dessas disciplinas ficarão superlotadas, ou haverá exclusão de matrícula para limitar as vagas. Com esse "convênio", as unidades poderão economizar professores: ao invés de ter de mandar docentes para outras unidades, concentrarão alunos nas mesmas salas de aula de seus cursos. Conseqüências: queda do nível do curso (palestras ao invés de aulas e aumento da carga de trabalho dos professores), ou, pior, exclusão de matrículas e atraso da vida acadêmica dos estudantes.

c) **Apenas 30% de créditos específicos da área de formação e 10% de optativas.** Os novos cursos, apresentados como de formação mais específica, terão a maior parte dos créditos de formação geral, só 30% da área específica e 10% e

optativas, nas quais não temos garantia de vagas para matrícula.

d) **Estágio, iniciação ou monografia obrigatório.** Quando iniciar seu curso, o estudante terá de optar por um dos três. A iniciação científica está cada vez mais restrita pelos cortes de verbas às agências de pesquisa. A monografia depende de orientação de professores, em número cada vez menor. E os estágios podem ser meios de arranjar mão de obra barata ou gratuita às empresas "conveniadas" com a USP, que retribuirão com o controle privado sobre o ensino e pesquisa, no estilo das fundações.

O argumento privatista do mercado

A fundamentação do projeto é a de que a reforma é necessária para adaptar o curso ao mercado. Esse argumento é **contraditório com o caráter público da Universidade.** O ensino, pesquisa e extensão da universidade pública têm de ser autônomos em relação aos governos e ao mercado. Somente assim poderão atender às necessidades da população assalariada que a sustenta com impostos.

Mais adiante, mesclam essa idéia com a de que os físicos precisam mudar o curso para terem mercado de trabalho. Como se a reforma curricular proposta levasse a uma maior chance do físico conseguir emprego. A falta de trabalho para o físico está ligada ao atraso do país e à crise capitalista, e não a um currículo inadequado. É altamente questionável se a especialização e o superficialismo dão mais chances de emprego. Os dados indicam o oposto. Além disso, ninguém perguntou aos estudantes se essa mudança lhes interessa.

A posição dos estudantes deve ser de defesa do curso

Contrariamente à posição da diretoria do Cefisma, devemos rejeitar a reforma curricular de adaptação do curso à falta de professores. Os problemas que temos e que sentimos na pele é que temos de discutir e resolver.

O que os estudantes necessitam de verdade? **Contratação de professores, maior números de disciplinas optativas e vagas, fim da política de reprovação, fim da obrigatoriedade de aprovação dos pré-requisitos, melhores condições na biblioteca e laboratórios.**

Temos de dizer não ao fim do bacharelado noturno e sua substituição por três cursos curtos.

Reitoria joga culpa da crise na PUC sobre estudantes inadimplentes

Professores, Funcionários e Estudantes dizem NÃO!

Diante da crise financeira da PUC (déficit de 17,5 milhões), o reitor, em final de mandato, apresentou uma série de propostas aos professores, estudantes e funcionários. Sua essência: ataques aos direitos trabalhistas e de aposentados, parcelamento de reajustes salariais e do 13º salário, dispensa de funcionários e professores para redução de custos, redução do número de turmas (menor número de salas de aula, juntando turmas e superlotando as salas).

A assembleia de funcionários rejeitou as propostas da reitoria. Os professores também, e exigiram o pagamento sem atraso dos salários, cumprimento

do acordo salarial de 2003 e reivindicam o pagamento das perdas decorrentes dos atrasos salariais. Os centros acadêmicos fizeram um ato de protesto contra as medidas da reitoria, reivindicando a redução das mensalidades, matrícula dos inadimplentes e aumento das bolsas de estudos.

A crise da PUC tem sido manipulada pela reitoria para tentar impor à comunidade medidas de contenção de gastos, que têm conseqüências nefastas para ensino e pesquisa na universidade. A apresentação de planilhas contábeis não mostra a real situação, porque não há dados qualitativos, não se sabe as fontes e

os gastos em cada item. Na verdade, essa planilha omite as questões mais importantes: o sustento do parasitismo financeiro, o "buraco negro" da Fundação São Paulo, o destino das isenções tributárias etc.

É hora da comunidade responder de forma unitária. Assembleias unificadas, pauta e comandos conjuntos para negociação com a reitoria, e, principalmente, movimento unificado. É preciso exigir que a comunidade possa estudar as contas da PUC e fazer sua própria avaliação dos motivos da crise atual e apontar o caminho de sua superação.

Está na hora de vincular as reivindi-

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação escritos por Guilherme Lora, iniciadas no Jornal Massas nº 160.

Devemos lembrar que esse livro foi editado em 1983, mas que seus capítulos apareceram anteriormente separados, De modo geral, retratam o período da ditadura Banzer (1971) e o processo de abertura que se seguiu (1977).

O Manual do Organizador foi escrito em Novembro de 1977, para que os militantes do Partido pudessem perceber a necessidade de mudar a forma de encarar a militância em vários aspectos, principalmente em como atuar com os contatos.

Manual do Organizador (Para um Poderoso Partido)

II – O Que Foi Feito e o que Devemos fazer Agora

D) A organização como Impulsionadora das Massas

O POR não é somente sua política atual, sua intensa atividade do dia a dia ou sua presente organização, é também seu passado, sua tradição, que é a história da formação de seu programa, de seus quadros mais importantes, das lutas ao redor de sua estruturação orgânica. Em grande medida o POR é a história de suas lutas (de suas vitórias e de seus fracassos) junto aos explorados bolivianos, porque é através desta história que contribuiu e contribui tão decisivamente para estruturar a classe operária boliviana.

Consistiria uma atitude suicida nos limitarmos exaltar nosso heróico e surpreendente passado (os que fazem isto calam sobre os erros que cometemos, sobretudo porque não têm capacidade suficiente para superá-los na militância cotidiana). Isto significaria que o trotskismo havia se esgotado enquanto possibilidade de direção revolucionária. Se só olhássemos o passado, seríamos um Partido sem juventude, ou seja, sem futuro, carente da chama revolucionária. Não. Valorizamos, sobretudo o valor da herança de nosso passado e que tão merecidamente está sintetizada em nosso programa. Retomamos essa herança para atualizá-la e projetá-la para o futuro.

Dizemos constantemente que uma das funções que não pode ser substituída em nosso Partido consiste em que, movendo-se no interior da classe, assimila criticamente a experiência das massas e generaliza seus ensinamentos, convertendo-se assim num elemento positivo que contribui para dinamizar a evolução da consciência de classe das massas. Claro que não se limita em atuar como um transmissor passivo, mas que ele acumula a rica experiência da classe e nesta medida se enriquece como partido. Não podemos esquecer, por um minuto que seja, que somos carne da mesma carne que o proletariado e que o sangue de nossa militância correu em torrentes misturados com o sangue da classe.

Uma linha política justa e uma vigorosa organização devem permitir que utilizemos a herança do passado como alavanca

que permita nos convertermos na direção real das massas de hoje e do futuro.

Se observarmos em perspectiva o trabalho partidário, realizado durante a escuro noite da ditadura militar, chegaremos a conclusão de que foi bom, o que não significa dizer que não cometemos muitos erros, sobretudo em matéria organizativa. Já demonstramos anteriormente que diariamente o Partido enfrenta dificuldades inéditas geradas pela realidade sempre nova e em constante mudança. Os métodos de trabalho organizativo são as respostas que o Partido dá procurando solucionar as dificuldades que encontra em sua marcha. Um partido que vive, que evolui, que cresce, que penetra no seio das massas, nunca deixará de ter dificuldades organizativas e com certeza cometerá muitos equívocos. O mais importante é saber analisar estes erros e superá-los e, ao mesmo tempo, que não sejam tão graves que nos levem a abandonar a linha programática.

O enorme mérito de nosso trabalho partidário consiste em que conseguimos implantar a atividade partidária em meio a amplos setores sociais, os mais perseguidos ao longo dos últimos seis anos. Os generais gorilas sabem perfeitamente quem somos e que constituímos seus piores inimigos. Temos de ter em mente que o golpe contra-revolucionário de 1971 não foi outra coisa que uma medida preventiva para impedir a conquista do poder pelo proletariado dirigindo a nação oprimida, perspectiva que foi delineada e impulsionada pelo POR.

Nesta edição:

- Não é possível uma nova educação no seio do capitalismo decadente
- Que educação colocamos e buscamos nós militantes poristas?
- Um Eco de Nosso Chamado a Fortalecer a IV Internacional
- É uma Vergonha que se Espalhe a Ilusão de que se Preservarão os Direitos Humanos na Sociedade capitalista, Que é uma Destruidora sem piedade da Natureza e do Homem.

**Artigos do Cerqui
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Importância dos 67 Volumes das Obras Completas de Guillermo Lora

O Partido Operário Revolucionário boliviano estudou a realidade nacional e conseguiu revelar suas leis de desenvolvimento e transformação qualitativa.

Isso mostra a importância do marxismo-leninismo-trotskista, que transformou profundamente a política no país e assinalou o caminho que lhe conduz a sua total libertação, até a sociedade sem classes sociais oprimidas nem opressoras.

Na atualidade, o POR é o único marxista-leninista-trotskista na Bolívia. Nas Obras Completas, encontramos esta história e a crítica e auto-crítica ao processo histórico e a participação do POR nele.

Adquira os volumes desta importante coleção com os militantes e simpatizantes do POR.

Considerações Sobre a Política Frentista

A experiência boliviana é rica em exemplos frentistas, alguns errôneos e muito poucos corretos.

Em determinadas condições, a constituição de uma frente política aparece como imprescindível e, no caso de não ser efetivada, pode contribuir para a derrota do Partido e inclusive das massas.

É evidente que temos que começar assinalando que a política frentista é uma tática — não uma finalidade em si mesma —, destinada a efetivar o objetivo estratégico do proletariado, ou seja, a instauração do governo operário e camponês, da ditadura da classe operária.

É a ditadura do proletariado que im-

põe que, em um país atrasado como a Bolívia, tenha como referência principal a frente antiimperialista.

É verdade que os sindicatos são manifestações elementares da frente única de classe, mas não é assim com a Central Operária Boliviana (COB), que é uma verdadeira frente antiimperialista, pois aglutina as massas da nação oprimida pelo imperialismo. Isso se deve ao atraso do país, a seu pequeno desenvolvimento capitalista, que se traduz no pequeno tamanho da classe operária em comparação com os demais setores explorados.

O proletariado está obrigado a converter-se na direção política da nação oprimida. A necessidade histórica de sua libertação — que imediatamente o obriga a libertar, a resolver os problemas dos oprimidos e explorados das outras classes sociais — lhe impõe a urgência de converter-se em direção, política da nação oprimida, ou seja, a de atuar como encarnação das maiorias, de procurar lutar por todos seus problemas de forma unificada.

A frente antiimperialista com estas características foi por muito tempo esquecida no país e corresponde ao Partido Operário Revolucionário o mérito de reivindicá-la — através da mais importante e apaixonada polêmica a respeito — esta tática, assinalada no Quarto Congresso da Terceira Internacional. Esse fato ocorreu quando, no país, já vivíamos a experiência da frente popular estalinista e que consiste no submetimento das massas à política burguesa.

Pactos e Acordos Momentâneos, Sobre os Acordos Secundários, Não Políticos

Nosso objetivo principal é analisar a frente antiimperialista em seus aspectos fundamentais, mas nosso estudo não pode se limitar a este problema frentista básico.

A atividade partidária cotidiana se vê obrigada, com muita frequência, a concluir acordos, pactos momentâneos, de pouca duração, com outras organizações políticas sobre aspectos secundários; que não incorporam questões que tem relação direta com o programa partidário.

Citemos um exemplo que pode nos ajudar a compreender o que são os acordos momentâneos. Muitas vezes nos vemos obrigados a assinar acordos para defender algumas garantias democráticas, para dar força aos protestos pelos excessos cometidos por determinadas autoridades do governo etc.

Estes acordos são feitos, quase sempre, para realizar uma atividade ou atuações limitadas no tempo e em seu número. Isto pode ocorrer quando as autoridades seqüestram os jornais partidários, boletins sindicais etc. O objetivo é que o protesto pode contribuir para que se restaurem as garantias em favor da liberdade de imprensa.

As características destes acordos são as seguintes:

1. O objetivo e tempo de duração são limitados

2. Não se faz concessão alguma no plano programático e tampouco se exige que os ocasionais aliados a façam. Isto impõem que os acordos sejam concretos ao extremo.

3. Por sua própria natureza estes acordos têm duração limitada

4. Para ações comuns muitas vezes nem sequer se subscreve um acordo

5. A luta cotidiana nos setores popu-

lares e sindicais, muitas vezes nos coloca na mesma trincheira junto de outras organizações políticas, populares e sindicais. Mas temos que sublinhar que não é por isso que devemos fazer concessões políticas, programáticas aos aliados ocasionais.

6. Muitas vezes estas ações comuns se diluem por mi mesmas e quase sempre sem deixar rastro algum.

7. O limite destas ações está em sua insignificância em seu caráter secundário. O principal é que não se incorpore a esta atividade aspectos políticos programáticos. A marca que deixam é quase imperceptível.

(extraído do Texto "Considerações Sobre a Política Frentista" de setembro de 1996, incluído nas Obras Completas de Guillermo Lora nº 64)

A renúncia do 1º ministro da Palestina e a ameaça de expulsão de Arafat

A renúncia do ministro Abbas está ligada à sua incapacidade para deter os conflitos entre os grupos palestinos e as tropas de Israel. Nas últimas semanas, Israel tem intensificado os ataques aos palestinos, principalmente sobre as lideranças do Hamas, enquanto a resposta dos palestinos tem sido a dos atentados com homens-bomba. Abbas já tinha tentado sem sucesso obter de Arafat o controle sobre as forças policiais palestinas, de modo a utilizá-las na repressão aos grupos armados. Sua impotência diante da ascensão dos conflitos o levou a cair. Uma das principais exigências de Israel sobre a Autoridade Palestina é o uso da repressão contra os grupos nacionalistas palestinos armados.

O governo de Israel (Sharon) busca aumentar a pressão so-



bre os palestinos. Ao não implementar rigorosamente as medidas do plano dos EUA para a região, pretende pressionar os palestinos a recuarem e obter a aplicação desse plano em melhores condições. É parte dessa pressão a declaração de intenção de expulsar Arafat do país.

As massas têm reagido contra a opressão israelense. As multidões no enterro de um dos líderes do Hamas morto recentemente e o cerco ao QG de Arafat para impe-

dir sua expulsão do país mostra disposição de luta.

O armamento da população para defender sua real independência levará à revolução proletária ou não será capaz de efetivá-la. O apoio à luta palestina é parte da luta antiimperialista, pois Israel se constitui num enclave imperialista no Oriente Médio.

Estados Unidos conseguem apoio de parte da ONU para a ocupação do Iraque

O desembarque de uma força militar de mais de 7 mil homens no Iraque, sob comando da Polônia, mas integrada pela Espanha e por países da América Central, constitui uma tentativa dos EUA de obter apoio da ONU para a ocupação militar do Iraque. A resistência dos iraquianos à ocupação militar ianque tem se desdobrado em manifestações de massa e ataques de grupos aos soldados norte-americanos, levando a uma média de uma morte ianque por dia. Há relatos de pelo menos dez ataques diários em todo o país aos soldados dos EUA. As constantes sabotagens à produção e distribuição de petróleo inibem o maior objetivo militar dos Estados Unidos, a conquista das jazidas petrolíferas iraquianas.

As pressões contra a ocupação militar aumentam a cada dia, inclusive dentro dos EUA. O pretexto de combate ao terrorismo vai se diluindo com o passar dos dias em relação ao 11 de setembro de 2001 e a consciência da vulnerabilidade da segurança interna do país.

O imperialismo ianque busca apoio de tropas da França, China e Rússia, de forma a atenuar o antiamericanismo no Iraque. Mas não pode fazer concessões aos pretendidos parceiros, o que inviabiliza um acordo.

A ocupação militar do Iraque tem de ser combatida dentro e fora do país. A mobilização em defesa da autodeterminação do Iraque deve se ligar à luta antiimperialista e anticapitalista em cada país.

Que o governo brasileiro diga não aos EUA

Os movimentos devem exigir que o governo do PT/Lula se coloque contra o envio das tropas da ONU para apoiar os invasores norte-americanos. Cresce a resistência do povo iraquiano à ocupação imperialista de seu país. Internacionalmente, a tarefa é apoiar essa resistência com a bandeira de "Fora os EUA do Iraque" e "Autodeterminação nas nações oprimidas".